

Bandeira Piratininga: contradições e mistérios
MAST – 01.10.24

Tamara Rangel Vieira

Departamento de Pesquisa da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz

Ao me enviar o convite para participar do lançamento do curta-metragem “Bandeira Piratininga: contradições e mistérios”, Maria Gabriela Bernardino se referiu às minhas pesquisas sobre o Centro-Oeste e sugeriu que eu partisse dessa experiência para comentar sobre o curta. Neste sentido, devo confessar, logo de início, que embora tenha estudado sobre o Centro-Oeste brasileiro ao longo das minhas investigações sobre a participação de médicos e sanitaristas na construção de Brasília e sobre a institucionalização da medicina em Goiás (VIEIRA, 2022), sabia pouco – para não dizer quase nada – a respeito da Bandeira Piratininga. O que é de certo modo impressionante porque li sobre várias outras expedições e incursões científicas que se organizaram antes e durante o recorte temporal da Bandeira Piratininga (1937-1953) como, por exemplo, a própria Expedição Roncador-Xingu (mencionada no filme) e as variadas comissões organizadas com o objetivo de definir o melhor local para a edificação da nova capital federal do Brasil (VIEIRA; LIMA, 2011). Apesar das polêmicas em torno desta Bandeira, e que reverberaram nos jornais de grande circulação do período, é curioso que não seja tão conhecida e explorada do ponto de vista historiográfico.

Preparando minha fala para o evento, me deparei com uma dissertação de mestrado defendida por Leonardo Kurtz (2023) no ano passado na PUC de Porto Alegre, orientada pela profa. Luciana Murari, intitulada “Willy Aureli e a Bandeira

Piratininga: expedições, imprensa e literatura (1937-1968)”. Nela o autor faz um balanço a respeito dos trabalhos existentes acerca desta Bandeira e atesta o pouco que se escreveu sobre ela, refletindo sobre o tanto de documentação que se perdeu ao longo do tempo. Não à toa, a base documental desta dissertação (e dos trabalhos em geral escritos sobre essa expedição) são as notícias de jornais e os muitos livros escritos por Aureli.

Neste sentido, um primeiro ponto que gostaria de levantar seria justamente sobre a pertinência de trazer à tona esse tema, que envolto em contradições e mistérios (subtítulo do curta), aguça a curiosidade do espectador que, a partir desse mote, é levado a refletir sobre outros pontos relevantes, entre os quais eu destaco: o suposto vazio da região que viria a ser explorada pelo grupo, a relação entre Estado e populações indígenas e os resultados científicos que a Bandeira Piratininga conseguiu alcançar – aspectos que se conectam diretamente com temas amplamente debatidos pela historiografia e pelo pensamento social brasileiro. Será em torno destes pontos que versará minha reflexão. Pretendo dividir com vocês algumas impressões e perguntas que o tema me suscitou.

Lúcia Lippi, em prefácio ao livro de João Marcelo Maia “Estado, território e imaginação espacial – o caso da Fundação Brasil Central”, publicado em 2012, faz a seguinte síntese acerca do Brasil Central – espaço percorrido pela bandeira Piratininga:

“O Brasil Central, ao ser apresentado como um território desconhecido com limites indefinidos, foi identificado muitas vezes como espaço do sertão. Lugar inóspito, desconhecido, habitado por índios, animais e população não civilizada. Tal lugar geográfico ou social recebe uma avaliação ora positiva, ora negativa. É assim, terra perigosa, mas também terra da promessa,

fonte de riquezas e possibilidades. Oscila entre inferno e paraíso, dependendo do lugar de quem emite o discurso” (Lippi, 2012, p. 09).

O sertão era, assim, o espaço do vazio e espaço que precisava ser integrado ao todo nacional. Essas duas ideias, portanto, caminham juntas quando se pensa em Brasil Central: a de vazio e a de integração. Ideias latentes no filme e que perpassam a história do Brasil (LIMA, 1999).

A necessidade de incorporar os sertões do país vem desde o Império e, como bem localizado no curta, permanece como questão para intelectuais e políticos durante a República e se traduz nas muitas expedições realizadas ao interior do Brasil neste período visando ações de infraestrutura e de implantação do aparato estatal (ex. viagens de Rondon e as expedições promovidas pelo Instituto Oswaldo Cruz). Durante o governo Vargas, iniciativas como a Fundação Brasil Central e as Colônias Agrícolas Nacionais visavam a exploração da parte ainda pouco conhecida do território, bem como sua ocupação e integração. A “Marcha para o Oeste”, tão propagada pelos intelectuais deste período refletia, pois, essa preocupação com a existência de enormes ‘espaços vazios’ sobre os quais o Estado deveria manter sua soberania.

A imagem do vazio, portanto, é recorrente quando nos referimos aos sertões do Centro-Oeste. É o que se verifica, por exemplo, nas observações de Claude Lévi-Strauss em *Tristes Trópicos* sobre sua visita a Goiânia em 1937 (lembrando que a cidade de Goiânia acabava de ser inaugurada com a justificativa de maior salubridade e modernização x a cidade de Goiás – velha capital):

“Visitei Goiânia em 1937. Uma planície sem fim, que lembrava um terreno baldio e um campo de batalha, espetado por postes de eletricidade e por fixas de agrimensura, deixava entrever uma centena de casas novas espalhadas pelos quatro cantos do horizonte. A mais importante era o hotel, paralelepípedo de concreto que, no meio daquela monotonia, evocava um aeródromo ou um fortim; de bom grado poder-se-ia aplicar-lhe a expressão “bastião da civilização”, num sentido, não mais figurado mas próprio, que adquiria no caso um valor singularmente irônico. Pois nada podia ser tão bárbaro, tão desumano, quanto essa implantação no deserto” (Lévi-Strauss, 2007, p. 118).

Considerarei interessante mencionar esse trecho da obra de Lévi-Strauss a respeito de Goiânia porque um outro ponto sobre o qual o curta me fez refletir se relaciona justamente com a repercussão dessa Bandeira localmente, ou seja, nos espaços por onde passou. No início do século XX a viagem científica de Arthur Neiva e Belisário Penna, médicos vinculados ao Instituto Oswaldo Cruz que percorreram os territórios do Piauí, Pernambuco, Bahia e Goiás, teve uma repercussão negativa entre os goianos, tema abordado, inclusive, por nossa colega Dominichi Miranda de Sá há alguns anos (2009). A Bandeira Piratininga contou com forte apoio dos governos paulista e goiano, pelo que li. Penso que esse seria um tópico interessante de ser explorado, ou seja, qual era a imagem que Aureli e seus companheiros divulgavam acerca das regiões percorridas que poderia repercutir positivamente para os goianos, por exemplo, a ponto de oferecerem apoio? O que estava em jogo? Que tipo de publicidade interessava ao governo local? Qual era a relação estabelecida entre o jornalista e os governos paulista e goiano? Enfim, algumas perguntas que o documentário me suscitou.

Mas, retomando, a ideia do vazio, portanto, é uma ideia que persiste, avança no tempo e se fixa no imaginário de tal forma que está totalmente presente, por exemplo, durante as obras de construção de Brasília nos anos de 1950. Publiquei um artigo, juntamente com meu colega da Casa de Oswaldo Cruz Rômulo de Paula Andrade, em que nos apoiamos na revista *Brasília* para discutir as ideias de sertão, natureza e saúde (VIEIRA, ANDRADE, 2020). Essa revista começou a circular em 1957 e tinha como objetivo mostrar o andamento das obras de construção da nova capital federal, servindo como peça de propaganda do governo de Juscelino Kubistchek. A ideia do desbravamento, de JK como presidente sertanejo, de uma cidade que estava sendo erguida no meio do nada, era muito forte e o periódico estava recheado dessas imagens (muitas fotografias mostravam a imponência das obras e o espaço vazio). Vinícius de Moraes e Tom Jobim, inclusive, compuseram a canção “Brasília, sinfonia da alvorada” e nela a ideia do vazio também está presente:

No princípio era o ermo
Eram antigas solidões sem mágoa.
O altiplano, o infinito descampado
No princípio era o agreste:
O céu azul, a terra vermelho-pungente
E o verde triste do cerrado.
Eram antigas solidões banhadas
De mansos rios inocentes
Por entre as matas recortadas
Não havia ninguém.

A questão é que havia sim. E no documentário esse aspecto é super bem explorado, alinhado com a realidade histórica e com nosso compromisso, enquanto historiadores, de não seguir com a política do apagamento que durante muito tempo ajudou a fixar uma ideia equivocada acerca da população indígena. A

contextualização das ações de assimilação do indígena, próprias do recorte em que se desenrola o curta, são importantes. Marc Bloch já nos dizia, em seu clássico “Apologia da história”, que “A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente” (2001, p.65). Neste sentido, como um produto de divulgação científica, voltado para um público ampliado, é fundamental tecer essa ponte com as questões do presente. Nos últimos anos vemos muitos trabalhos no campo da História e das Ciências Sociais sendo publicados que reposicionam o lugar do indígena no cenário nacional, como agentes de sua história, como atores importantes no cenário político. E hoje, mais do que nunca, como intelectuais que vocalizam uma nova epistemologia, uma visão de mundo que precisamos compartilhar.

Cassiano Ricardo, autor da obra “Marcha para o Oeste”, que municiou o governo Vargas, via Brasília como a concretização da cruzada “rumo ao oeste”, que, segundo ele, só poderia ter sido realizado por JK, o “mais bandeirante” dos presidentes (VIEIRA, ANDRADE, 2020, p. 248). O próprio Juscelino Kubitschek em seus discursos faz comumente esta associação entre Brasília e a “Marcha para o Oeste”, como se a primeira fosse a concretização da segunda. A construção de Brasília nos anos 50 reflete, de certo modo, esse Estado territorialista e expansionista da década anterior. A Marcha, na década de 1950, incorporou ao discurso de ocupação a retórica do desenvolvimentismo.

Como será que a Bandeira Piratininga, que avançou no tempo e perpassou diferentes governos, se alinhou com essas mudanças e expectativas? Embora o filme enfatize mais as incursões ao longo dos anos 30, outras viagens aconteceram

(nos anos 40, 50). Os desdobramentos posteriores, são aspectos que também me parecem interessantes, assim como a bagagem científica que vai sendo acumulada ao longo dessas incursões e que ajudam a conferir credibilidade à Bandeira.

Mesmo que a motivação principal não pareça ser de cunho científico, entre os membros da Bandeira estavam cientistas e as incursões resultavam em levantamento cartográfico, topográfico, etnográfico, além da coleta de espécimes vegetais e animais. Havia uma expectativa por parte de várias instituições, especialmente as paulistas, como o Instituto Butantã e o Museu Ipiranga, de receberem material coletado nestas viagens. Havia inclusive treinamento da equipe por parte dessas instituições. Este aspecto se coaduna com a experiência de outras comissões, como a Comissão Rondon, que embora tenha se constituído por objetivo diverso, levava consigo botânicos, geólogos e zoólogos e acumulou um capital científico muito grande, constituindo rico acervo que foi direcionado para várias instituições no Brasil.

Enfim, minha ideia era compartilhar com vocês algumas reflexões que o curta me suscitou, no sentido de evidenciar sua relevância do ponto de vista da divulgação científica e da história pública. O filme está bem roteirizado, conta com uma pesquisa de imagens que ajudou a contar a história da bandeira Piratininga, além de possuir com uma estética muito bacana, com várias animações e elementos gráficos que ajudam a imprimir bom ritmo ao curta. A narrativa está objetiva, rápida e fluida. Portanto, além de estar bonito de se ouvir, o filme está bonito de se ver! Nas minhas recentes experiências com roteirização e pesquisa, percebi a complexidade desse processo. Para nós, da academia, é desafiador

produzir um documentário. A linguagem é completamente diferente da que estamos acostumados. Olhando para o curta que vocês produziram, fico pensando, por exemplo, no tanto de coisas que ficaram de fora! Porque esse formato nos impõe o desafio de informar sem se alongar muito, mantendo a coerência e fundamento, mas sem ficar entediante. Muitos parabéns a toda a equipe pelo excelente produto que está sendo entregue para a sociedade!

Referências bibliográficas

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

KURTZ, Leonardo Birnfeld. *Willy Aureli e a Bandeira Piratininga: Expedições, imprensa e literatura (1937-1968)*. Dissertação de Mestrado – Escola de Humanidades, PUC RS, 2023.

LÉVI-STRAUSS, Claude, *Tristes Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro, Revan, Iuperj/ Ucam, 1999.

LIPPI, Lúcia. Prefácio. In: MAIA, João Marcelo E. *Estado, território e imaginação espacial – o caso da Fundação Brasil Central*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

SÁ, Dominichi Miranda de. Uma interpretação do Brasil como doença e rotina: a repercussão do relatório médico de Arthur Neiva e Belisário Penna (1917-1935). *Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Jul 2009, vol.16, suppl.1

VIEIRA, Tamara Rangel; ANDRADE, Rômulo de Paula. Sertão, saúde e natureza nas páginas da revista Brasília (1957-1960). *Revista de História Regional*, v. 25, p. 231-260, 2020.

VIEIRA, Tamara Rangel; LIMA, Nísia Trindade . A capital federal nos altiplanos de Goiás - medicina, geografia e política nas comissões de estudos e localização das décadas de 40 e 50 do século XX. *Estudos Históricos*, v. 24, p. 29-48, 2011.

VIEIRA, Tamara Rangel Vieira. *Médicos do sertão - ciência, saúde e doenças em Goiás (1947-1960)*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2022.